

UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS, JORNALISMO E SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE JORNALISMO

ANA CLARA CID DELELLA

**DA TRAGÉDIA À REPRESENTAÇÃO:
ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE
OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO**

Mariana
2025

ANA CLARA CID DELELLA

**DA TRAGÉDIA À REPRESENTAÇÃO:
ANÁLISE DE CONTEÚDO DAS NARRATIVAS MIDIÁTICAS SOBRE
OS ATINGIDOS PELA BARRAGEM DE FUNDÃO**

Monografia apresentada ao curso de Jornalismo da Universidade Federal de Ouro Preto, como requisito parcial para obtenção de grau como Bacharel em Jornalismo.

Orientador: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva

Coorientador: Prof. Me. André Luis Carvalho

Mariana
2025

SISBIN - SISTEMA DE BIBLIOTECAS E INFORMAÇÃO

D346d Delella, Ana Clara Cid.

Da tragédia à representação [manuscrito]: análise de conteúdo das narrativas midiáticas sobre os atingidos pela Barragem de Fundão. / Ana Clara Cid Delella. - 2025.
38 f.: il..

Orientadora: Profa. Dra. Carolina Machado Saraiva.

Coorientador: Prof. Me. André Luis Carvalho.

Monografia (Bacharelado). Universidade Federal de Ouro Preto.
Instituto de Ciências Sociais Aplicadas. Graduação em Jornalismo .

1. Desastres - Cobertura jornalística. 2. Desastres ambientais. 3. Minas e recursos minerais. 4. Mineração a céu aberto. 5. Narrativas digitais. I. Saraiva, Carolina Machado. II. Carvalho, André Luis. III. Universidade Federal de Ouro Preto. IV. Título.

CDU 070.4(815.1)

Bibliotecário(a) Responsável: Essevalter De Sousa - Bibliotecário Coordenador
CBICSA/SISBIN/UFOP-CRB6a1407



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO
REITORIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E APLICADAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ADMINISTRATIVAS



FOLHA DE APROVAÇÃO

Ana Clara Cid Delella

**Da Tragédia à Representação: análise de conteúdo das narrativas midiáticas sobre os atingidos pela
barragem de Fundão**

Monografia apresentada ao Curso de Jornalismo da Universidade Federal
de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Jornalismo

Aprovada em 09 de abril de 2025.

Membros da banca

Prof.(a) Dr(a). Carolina Machado Saraiva - Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Prof.(a) Msc.(a). Maria Aparecido Pinto (UFOP) - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Prof.(a) Dr(a). Hila Bernardete Silva Rodrigues (UFOP) - Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

Prof.(a) Dr(a). Carolina Machado Saraiva, orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 10/06/2025.



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Machado Saraiva, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 10/06/2025, às 11:51, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0927015** e o código CRC **FF5B8E75**.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de iniciar meus agradecimentos mencionando minha família, em especial meus pais, Mário e Juliana, que nunca mediram esforços nem cogitaram desistir de sua família, mesmo diante de todas as dificuldades que enfrentaram. Eu não teria chegado até aqui sem tudo o que vocês sempre fizeram por mim.

Também não posso deixar de reconhecer os programas que possibilitaram meu ingresso na Universidade Pública: o Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Seleção Unificada (SISU). Estudei toda a minha vida em escolas públicas no interior do Estado de São Paulo, e realizar uma graduação em uma Universidade Pública de qualidade, como a UFOP, parecia um sonho muito distante da minha realidade antes desses programas.

A moradia pública oferecida pela UFOP também foi essencial para minha permanência na graduação, especialmente a República Rebu, que foi minha casa nos primeiros anos dessa jornada desafiadora e transformadora.

Ao Departamento de Jornalismo e a todo o seu corpo docente, expresso minha gratidão por me encantarem todos os dias. Levo comigo todas as experiências enriquecedoras que tive a oportunidade de vivenciar ao longo da graduação.

À Professora Dra. Carolina Saraiva, agradeço por acreditar no meu potencial desde o primeiro projeto de extensão e por não desistir de me orientar até a conclusão deste trabalho. Ao Professor Me. André Luis Carvalho, agradeço pelo apoio e orientação durante a realização deste trabalho, cuja contribuição foi essencial para o desenvolvimento desta pesquisa.

A Minas Gerais e a todas as amigas sinceras que construí ao longo desses anos, sou imensamente grata. Fui abraçada e acolhida pela cultura encantadora desse estado maravilhoso.

Por fim, não poderia deixar de agradecer às profissionais da saúde que me acompanham nos últimos anos e sem as quais eu não teria conseguido concluir este trabalho: Cecília Goursand de Moura e Mariana Quadros.

*“O sertão vai virar mar é o mar virando lama gosto
amargo do Rio Doce de Regência à Mariana .”.*

(CRUZ, RICARDO. CONTINO, GABRIEL.
Cacimba de Mágoa. Falamansa; Gabriel O
Pensador, 2016)

RESUMO

Este estudo analisa as narrativas midiáticas sobre os atingidos pela barragem de Fundão por meio da teoria do enquadramento. A pesquisa examina reportagens do G1 entre 2019 e 2023, investigando como os discursos moldam a percepção do desastre. Os resultados indicam uma prevalência de enquadramentos administrativos em detrimento das dimensões humanas do evento.

Palavras-chaves: Mineração; Desastre ambiental; Narrativas midiáticas.

ABSTRACT

This study analyzes media narratives about those affected by the Fundão dam failure using framing theory. The research examines G1 reports from 2019 to 2023, investigating how discourses shape the perception of the disaster. The results indicate a predominance of administrative framing over human dimensions of the event.

Key-words: Mining; Environmental disaster; Media narratives.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Enraizamento das relações de poder	19
---	----

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	10
1.1	Objetivo geral	13
1.1.1	<i>Objetivos específicos</i>	13
1.2	Justificativa e relevância	13
1.3	Estrutura do trabalho	14
2	REVISÃO DA LITERATURA	16
2.1	Mineração: possibilidade para o desastre	16
2.1.1	<i>Sem voz, sem rosto, sem-terra: os atingidos pela barragem de Fundão</i>	17
2.1.2	<i>A vida em jogo: seletividade e relações de poder</i>	18
2.2	Perfil dos atingidos pela barragem: caracterização e categorização de uma população vítima das mineradoras	20
3	METODOLOGIA	21
4	ANÁLISE DOS RESULTADOS	23
4.1	Reportagem 1	23
4.2	Reportagem 2	24
4.3	Reportagem 3	25
4.4	Reportagem 4	27
4.5	Reportagem 5	28
4.6	Reportagem 6	30
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
	REFERÊNCIAS	34

1 INTRODUÇÃO

Marcado por transformações político-sociais, os séculos XIX e XX são entendidos como um período da história em que o homem utiliza todos os recursos do capital para gerar mais capital. Este modelo estrutura os negócios para a criação de vantagem competitiva e de lucro exacerbado através da exploração e transformação do homem, do trabalho e das riquezas naturais (MARX, 2013, [1867]).

A exploração de riquezas naturais propicia desequilíbrio na natureza e, consequentemente, aumenta as probabilidades para desastres. É no cenário dos desastres ambientais que este trabalho se remete, especificamente ao que diz respeito às mineradoras no Brasil e o rompimento da barragem do Fundão.

Em 5 novembro de 2015 houve o rompimento da barragem do Fundão, pertencente à Mineradora Samarco S.A. Este rompimento afetou a bacia do Rio Doce, de Regência (ES) à Mariana (MG) e é considerado o maior desastre ambiental envolvendo barragens de rejeitos de mineração do mundo. Além do impacto ambiental, houve destruição de milhares de hectares de áreas de plantio, destruição dos distritos de Bento Rodrigues e Paracatu de Baixo. Durante semanas, agricultores, pescadores, comerciantes e população em geral ficaram sem água potável (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016).

Empresa de capital fechado, a Samarco é controlada em partes iguais pelas maiores mineradoras do mundo: a Vale S.A e a BHP Billiton Brasil S.A. O início de suas operações datam de 1977 e seu principal produto são pelotas de minério de ferro, que são comercializadas para a indústria siderúrgica mundial. No âmbito do desastre, apesar de ser uma empresa privada, o Estado interveio como gestor de conflitos, organizando a sociedade em comissões para que pudessem pleitear justiça perante o Ministério Público (ZHOURI et al., 2016).

O rompimento da barragem de Fundão trouxe para a bacia do Rio Doce um cenário de destruição, instabilidade e incertezas. Em julho de 2015 a Samarco contratou uma empresa privada para atestar a segurança da barragem. De acordo com os dados levantados pela Vogbr, havia infiltrações e entupimentos no sistema de drenagem (FONSECA, 2002).

Para falar com propriedade sobre os atingidos pela barragem, faz-se necessário entender em qual cenário esta atividade extrativista está inserida. De acordo com relatório do State of the World (2003) a mineração consumiu o equivalente à 10% da energia utilizada no mundo, emitindo 13% de dióxido de enxofre, ameaçando 5,3 milhões de km² de floresta e gerando o equivalente a 0,5% dos empregos totais no mundo, taxa muito baixa comparada a outros setores com menos isenções fiscais (BOSSI et al., 2010).

Os dados do relatório State of the World (2003) representam uma época em que a mineração era uma atividade muito ativa, mas sem a pretensão lucrativa dos dias atuais. Importante

frisar que o desempenho e estruturação desta atividade extrativista deve-se ao fortalecimento do modelo capitalista e à globalização, que instauraram no mundo um cenário onde o lucro vale mais que a vida (BOSSI et al., 2010).

Instaladas no estado mineiro, as mineradoras são responsáveis por um conjunto de impactos nas comunidades tradicionais, meio ambiente, saúde dos trabalhadores e expropriação. (HARVEY, 2005) trata estes fatores como “acumulação por espoliação”, isto é, como uma prática predatória de acumulação primitiva (GONÇALVES; MILANEZ; MENDONÇA, 2015). Harvey delimita em 2005 o que o (BOSSI et al., 2010) redesenha em 2010: o capitalismo evidenciou e aprofundou problemas sociais e ambientais.

De acordo com (BOSSI et al., 2010), a mineração é uma atividade frequente, mas nos últimos 15 anos têm intensificado a exploração de minerais em solo brasileiro. Concomitante aos avanços e a incidência de desastres ambientais em bacias do Rio Doce e Paraopeba no Sudeste e Barcarena, na Amazônia, observa-se maior participação da sociedade em movimentos sociais críticos ao modelo mineral instaurado no país. De acordo com os autores, essa mobilização se intensificou no momento em que a sociedade passou a enxergar a mineração como potencial destrutivo da dignidade humana.

Com o tempo extremamente curto para assimilar a tragédia/crime e reivindicar justiça e reparação econômica e ambiental, os atingidos pela barragem de Fundão foram obrigados a aprender novas dinâmicas de participação em reuniões para estabelecerem estratégias e diálogos nas negociações. De acordo com um agente de fiscalização da saúde municipal, os atingidos pela barragem de Fundão apresentavam quadro de conformação, pois esperavam uma ação mais assertiva do Estado perante o desastre. Observa-se que o Estado interveio como gestor de conflitos, mas não teve uma presença tão significativa no que diz respeito às negociações e a cobrança e fiscalização da Samarco quanto às ações reparadoras (ZHOURI et al., 2016).

A história da mineração no Brasil não é recente, visto que decorre de 300 anos, fundindo-se à própria história de Minas Gerais. No entanto, devido ao impacto ambiental, econômico e social do rompimento da barragem de Fundão que alguns brasileiros descobriram que existe mineração no Brasil (GONÇALVES; MILANEZ; MENDONÇA, 2015).

De acordo com (SARAIVA et al., 2020), este desastre liberou o equivalente a 40 milhões de metros cúbicos de rejeitos na bacia do Rio Doce, destruindo tudo em uma extensão de 600 quilômetros. O desastre da barragem no Córrego do Feijão em Brumadinho (MG) despejou cerca de 12,7 milhões de metros cúbicos de rejeitos de mineração na natureza. Estes desastres causaram perdas materiais e ambientais e levaram a óbito 20 pessoas no distrito de Bento Rodrigues (MG). Observa-se que o rompimento da barragem de Fundão evidenciou a ausência e o despreparo da mineradora Samarco acerca de um plano de emergência para o caso de rompimento da barragem e também ressaltou a incapacidade do Estado de garantir assistência básica às vítimas (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016).

O desastre humano e ambiental proveniente do rompimento de barragens tem se tornado um tema de pesquisa recorrente. No entanto, muitos artigos discutem a viabilidade do extrativismo no Brasil, seus impactos sociais, ambientais, jurídicos, econômicos e políticos. Pesquisas acerca do tema enfatizam as mineradoras como agentes, discursam sobre suas ações, seus impactos, pesquisam o pré-desastre, marcado por violências no campo, desapropriação, desmatamento e ilegalidades quanto aos direitos humanos. O pós-desastre é retratado em alguns trabalhos acadêmicos a partir do viés ambiental e jurídico. Sobre os atingidos pela barragem, pode-se dizer que não há material acadêmico que estude suas narrativas, isto é, o que sobrou de trauma, memória e história após o desastre (MILANEZ, 2017; MILANEZ; WANDERLEY; MAGNO, 2022).

A Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF) é formada no momento em que a mineradora Samarco e o Estado não conseguem atender às necessidades básicas das vítimas. A mineradora Samarco não conseguiu avisar a população sobre o rompimento da barragem e nem conter o avanço dos rejeitos. Sobre o Estado, apesar do plano contingencial ser responsabilidade da empresa privada, o Estado deveria ter um plano de ação para minimizar e mitigar os impactos de rompimentos de barragens, tal como estruturar e desenvolver políticas públicas efetivas para casos como este (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016).

A CABF é a única comissão responsável por Mariana, todavia, há outras comissões ao longo da bacia do rio Doce. Observa-se que há necessidade de existir comissões para discutir a reparação dos atingidos, pois as mineradoras contabilizam a morte e encaram-na como uma situação normal e prevista (ZUCARELLI, 2016).

Este tema dá possibilidade discursiva em várias frentes, por isso, pretende-se analisar o discurso da mídia referente à comissão de atingidos pelas barragens em Minas Gerais, especificamente, pela barragem de Fundão. Observa-se que, independentemente da gravidade e do risco, a sociedade tende a diminuir o impacto das tragédias no decorrer do tempo, isto é, quanto mais um jornal veicula uma informação, dependendo da forma como esta narrativa é construída, uma tragédia de grande impacto social e ambiental pode ser resumida em termos como “acidente” ou “lama” (ZUCARELLI, 2016).

Este trabalho tem como objetivo identificar as narrativas e os discursos construídos por jornais digitais de grande alcance nacional entre 2019 e 2023, especificamente o G1, utilizando a teoria do enquadramento. Essa abordagem, proposta inicialmente por (BATESON, 1972) e aprofundada por (GOFFMAN, 1974), defende que a mídia molda a percepção da realidade ao selecionar e enfatizar aspectos específicos dos fatos. Assim, por meio do uso de palavras, imagens e narrativas, os jornalistas estruturam as informações de acordo com intenções e objetivos que impactam a opinião pública (MOTTA, 2007).

Pretende-se analisar também os vícios de linguagem na escrita e o uso de palavras com duplo sentido, que possibilitam várias interpretações.

No primeiro tópico, contextualizamos a Mineração a partir da possibilidade de desastre, isto é, como as mineradoras negligenciam as regras de monitoramento e os cuidados necessários para que as barragens sejam seguras, pode-se afirmar que administram a possibilidade de desastre. No segundo tópico, iremos categorizar, caracterizar e estabelecer o perfil dos atingidos, pois só é possível discorrer e discursar sobre uma população, tendo conhecimento da sua história (origem). No terceiro tópico, discutiremos sobre as narrativas construídas pela mídia sobre os atingidos pela barragem de Fundão, ou seja, como os principais jornais abordaram o desastre ao longo do tempo.

Esta pesquisa pretende apresentar como diferencial a análise da representação midiática da Comissão dos Atingidos pela barragem de Fundão, com base na teoria do enquadramento de (BUTLER, 2015), que parte da ideia de que a realidade social é moldada por relações de poder que determinam quem pode viver e de que maneira. A metodologia utilizada se fundamenta no conceito de enquadramento, proposto por (BATESON, 1972) e aprimorado por (GOFFMAN, 1974), que explica como a mídia influencia a percepção da realidade ao enfatizar certos aspectos e omitir outros, orientando a maneira como fatos e problemas são apresentados conforme seus próprios interesses. O objetivo principal deste estudo é analisar e compreender como a mídia, especificamente o G1, deu visibilidade e voz a uma organização social formada por pessoas profundamente afetadas pelas perdas que sofreram, que, ao se unirem, encontram apoio mútuo para manter viva a luta por aquilo que deveria ser o mínimo: a justiça.

1.1 Objetivo geral

Analisar os sentidos contidos nas narrativas sobre a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão pelas mídias, no período de 2019 a 2023.

1.1.1 Objetivos específicos

- Avaliar o material produzido pelo G1, no que se refere à queda da barragem de Fundão;
- Analisar o enquadramento e os sentidos discursivos presentes nas mídias sobre a Comissão de Atingidos pela barragem de Fundão;
- Compreender como a memória sobre a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão está sendo construída nas mídias.

1.2 Justificativa e relevância

Estudos organizacionais são tão antigos que quase podem confundir-se com o próprio surgimento das organizações. Contudo, até bem pouco tempo, somente destacavam-se pesquisas clássicas nas áreas tradicionais como Marketing, Finanças, Produção, Recursos Humanos e Administração Geral, por exemplo, as quais foram sofrendo ampliações para logística e estratégia,

entre outros. Observa-se que tais pesquisas têm como foco o *management*, e, portanto, restringem-se a aperfeiçoamentos e não a transformações de cunho ideológico (FARIA, 2007).

Entretanto, surgem como uma espécie de resistência a essa “predominância da ortodoxia funcionalista” outras linhas de pesquisa que contestam o *mainstream* e propõem novos olhares para o contexto organizacional, como é o caso da teoria crítica das organizações (CALDAS; VIEIRA, 2007), nascida no final dos anos 70 na Europa e nos Estados Unidos de acordo com (ALVESSON; DEETZ, 2007), embora no Brasil, já em 1950 podiam ser encontrados estudos com essa temática, mais especificamente através de Guerreiro Ramos (PAULA et al., 2010).

De acordo com (ALVESSON; DEETZ, 2007), o “declínio e a desilusão [...] dos pressupostos modernistas”, assim como o contexto contemporâneo em que estão inseridas as organizações – a globalização, mercados turbulentos, a mudança da natureza do trabalho, entre outros – demanda dos pesquisadores novas respostas. A teoria crítica se propõe exatamente a isso. Ela intenta em propor caminhos para a reorganização da sociedade e suas atividades laborais de forma que haja iguais condições de acesso aos sistemas produtivos, que esses objetivam ao atendimento das reais necessidades humanas, e que o resultado seja o progresso coletivo.

Portanto, a presente pesquisa se torna relevante, pois tem como intuito contribuir com os estudos críticos organizacionais no que se refere à busca de novos caminhos para vencer as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores e sujeitos sociais, principalmente no que tange à elaboração do passado, especificamente, à construção da narrativa da imprensa sobre a comissão dos atingidos pela queda da barragem de Fundão e suas consequências. Discussões, estudos e pesquisas levam ao esclarecimento e “ser esclarecido vai contra a natureza do interesse próprio”, como enfatiza (ARENDT, 1994). Ou seja, quanto mais esclarecidos forem os sujeitos, melhores condições eles terão de enfrentar as desigualdades impostas pelo sistema capitalista e conseguir o equilíbrio de forças.

1.3 Estrutura do trabalho

Este trabalho foi estruturado para oferecer uma análise abrangente das narrativas midiáticas sobre os atingidos pela barragem de Fundão, articulando conceitos teóricos e dados empíricos que possibilitam compreender como a mídia molda a percepção do desastre e das respostas institucionais. A pesquisa se inicia com uma introdução que contextualiza o cenário histórico e social da mineração no Brasil, evidenciando o modelo capitalista e os impactos das atividades extrativistas, bem como a importância e as consequências ambientais, sociais e econômicas do rompimento da barragem de Fundão.

Na sequência, a revisão de literatura apresenta os principais estudos e conceitos relacionados à possibilidade de desastre na mineração, à “acumulação por espoliação” e à teoria do enquadramento. Essa parte destaca as contribuições de (BATESON, 1972) e (GOFFMAN, 1974), que fundamentam a análise das narrativas midiáticas e ajudam a explicar como a mídia,

por meio do uso seletivo de palavras, imagens e expressões, constrói a percepção da realidade.

A metodologia adotada é de natureza aplicada, qualitativa e descritiva, utilizando procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. Destaca-se o uso da ferramenta (STILINGUE, 2025) para a coleta de notícias digitais do G1, no período de 2019 a 2023, a partir de critérios de busca específicos que combinam os termos “Bento Rodrigues” e (“comissão de atingidos” OR “comissão dos atingidos”). Esse processo permitiu selecionar um conjunto de reportagens que serviram de base para a análise dos frames utilizados na construção das narrativas sobre o desastre.

A análise dos resultados evidencia que as reportagens selecionadas estruturam a narrativa do desastre com base em frames administrativos, técnicos, institucionais e legais. A ênfase em dados, cronogramas e declarações oficiais direciona a atenção do leitor para os aspectos de gestão e reparação, minimizando, assim, as dimensões humanas e sociais do ocorrido. Nesse contexto, o termo “atingidos” é empregado na forma de particípio passado sem qualificadores adicionais, enquanto a “Comissão de Atingidos” é mencionada de maneira pontual e descontextualizada, o que contribui para a invisibilização dos verdadeiros atores sociais na luta por justiça e reparação.

Por fim, as considerações finais sintetizam os achados da pesquisa, ressaltando que, embora os esforços institucionais para estruturar um processo de reparação sejam evidentes, as narrativas midiáticas tendem a reduzir a tragédia a termos técnicos e administrativos. Essa abordagem perpetua uma lógica de exclusão e desumanização dos afetados, destacando a necessidade urgente de repensar os modelos de gestão e oferecer uma representação mais crítica e humanizada das vozes dos atingidos. Todas as referências bibliográficas e documentais que fundamentam este estudo foram reunidas ao final.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Mineração: possibilidade para o desastre

Ressaltando que a mineração é uma possibilidade para o desastre refere-se a ideia de que, na ausência de manutenção e cumprimento de regras, assume-se o risco para o desastre. Na concepção de (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016), a volatilidade de preços é um dos fatores determinantes para a frequência de rompimentos. Segundo os autores, a queda do preço do minério de ferro em 2013 acarretou grande endividamento à mineradora Samarco, que pode tê-la levado a subestimar e negligenciar os riscos de operação.

O artigo identifica irregularidades e inconsistências no processo de licenciamento ambiental da barragem de Fundão e aponta para a inexistência de planos de contingência por parte da mineradora Samarco e do Estado (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016). De acordo com (SARAIVA et al., 2020) toda mineradora deve instalar sirenes de emergências para alertar a população em situações de perigo, como foi o caso de Mariana. No entanto, a mineradora Samarco informou que seu plano de contingência diz respeito às ligações para os líderes da comunidade, com intuito de alertar sobre o rompimento da barragem. Importante frisar que os moradores alegam nunca terem recebido a ligação da mineradora Samarco, tal como nunca terem participado de nenhum treinamento para evacuação da área de risco.

Seis meses após o rompimento da barragem, (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016) organizaram um compilado de textos para analisar, a partir de várias possibilidades, os fenômenos que levaram ao maior desastre ambiental de rejeitos de mineradoras do mundo. Uma das ideias centrais referia-se a uma série de irregularidades por parte da mineradora Samarco sobre as licenças de operação, aumento de produção e diminuição do tempo de sedimentação dentro do reservatório.

Para além das questões técnicas, vale ressaltar que as irregularidades acerca das licenças de operação compõem o mesmo cenário da disputa do novo marco regulatório da mineração. Nos últimos anos têm sido frequentes os financiamentos de mineradoras aos parlamentares do Congresso Nacional, com objetivo de flexibilizar fiscalizações, legislações estaduais e facilitar empreendimentos (CASTILHO, 2015; WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016).

Como atividade geradora de impactos irreversíveis à natureza, a mineração goza de benefícios que outras empresas não têm acesso, como é o caso das isenções fiscais. Segundo (SANTOS, 2013), às atividades extrativistas minerais são oneradas por impostos de competência de subunidades federativas, como é o caso do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e por encargos sociais, capturados a título de garantir seguridade social, Contribuição Social sobre Lucro Líquido (CSLL). Os poucos impostos e tributos recolhidos pelas mineradoras têm alíquota muito baixa.

([SANTOS, 2013](#)) pontua que as barragens são um problema cotidiano na vida de quem reside perto, visto a chance de rompimento. Neste caso, além da possibilidade de perda de familiares e amigos, existe a perda de bens que demoram uma vida inteira para serem construídos, ou seja, é como se cada atingido perdesse sua identidade, sua voz, seu direito como ser humano e à vida.

O desastre humano e ambiental causado pelo rompimento das barragens de Fundão em Mariana e do Córrego do Feijão em Brumadinho são exemplos de que a evolução da atividade extrativa mineral deve ser discutida, repensada e fiscalizada ([SANTOS, 2013](#)), pois no modelo atual a contabilidade da morte é prevista e esperada.

2.1.1 Sem voz, sem rosto, sem-terra: os atingidos pela barragem de Fundão

Em 1960, Adorno redigiu o texto "O que Significa Elaborar o Passado?", em que discute a importância da memória como via para a obstrução da instauração de um novo sistema totalitário. Para ([ADORNO, 2003, \[1960\]](#)), somente a lembrança do passado é que impediria que o gérmen da barbárie se espalhasse novamente pela Alemanha. Segundo ele: "Quando a humanidade se aliena da memória, esgotando-se sem fôlego na adaptação ao existente, isto reflete-se uma lei objetiva de desenvolvimento totalitário" ([ADORNO, 2003, p. 04](#)). A elaboração do passado da queda da barragem de Fundão é fundamental para que possamos agir criticamente. Precisamos lembrar, para podermos agir; para compreendermos que esse desastre tecnológico aconteceu porque encontrou raízes em nossa sociedade capitalista. Tamaña barbárie foi justificada por muitos como acidente, algo próprio ao modo de produção capitalista, quase uma eventualidade.

O rompimento da barragem foi sentido por mais de 600 pessoas (empregados da mineradora e terceirizados), em um raio de 663 km, afetando o equivalente a 41 cidades. De acordo com ([RAMOSA; OLIVEIRA; ANTUNESA, 2019](#)), este rompimento é um resultado de fatores acumulados ao longo do tempo, que podem ser discutidos pela óptica de acidente de trabalho ampliado (ATA).

Para os autores, houve extrapolação dos limites físicos de responsabilidade da organização, bem como danos humanos, sociais, culturais, econômicos e ambientais irreversíveis. Em decorrência deste desastre, cerca de 10 mil postos de trabalhos diretos e indiretos foram fechados na bacia do Rio Doce, afetando diversas cadeias produtivas. Por conta da contaminação dos rios, as populações atingidas precisaram se organizar para viver, pois não havia nenhum tipo de plano de contingência que mitigasse o desastre ([RAMOSA; OLIVEIRA; ANTUNESA, 2019](#)).

Além dos prejuízos imediatos ocasionados pelo rompimento de barragens, os impactos ambientais desses desastres continuam a comprometer a saúde e a longevidade das populações afetadas. Estudos conduzidos no início de 2025 pela Fundação Getúlio Vargas (FGV) indicam que os indivíduos expostos ao colapso da barragem de Fundão sofreram, em média, uma redução de dois anos em sua expectativa de vida ([FOLHA, 2025](#)). Em paralelo, uma pesquisa realizada em parceria entre a Fiocruz Minas e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) constatou um

aumento preocupante na presença de metais pesados na urina de crianças em Brumadinho, com os índices de arsênio passando de 42% em 2021 para 57% em 2023 (RODRIGUES, 2025). Além disso, uma pesquisa conduzida pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) concluiu que, dez anos após o rompimento da barragem de Fundão, as áreas de mata ciliar do Rio Doce impactadas pelo rejeito de minério sofreram uma redução de até 50% no número de espécies de árvores adultas e de 60% na quantidade de mudas (FERREIRA, 2025).

Esses dados evidenciam que os desdobramentos das tragédias decorrentes da mineração irresponsável vão muito além dos danos imediatos, gerando um conjunto de prejuízos ambientais, sociais e de saúde que se perpetuam ao longo do tempo. O rompimento de barragens se configura, portanto, como um crime em curso – um processo contínuo de violação de direitos e degradação ambiental – e não um evento isolado, exigindo ações urgentes e integradas para a reparação dos danos e a prevenção de futuras tragédias.

2.1.2 A vida em jogo: seletividade e relações de poder

Intitulado “Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?”, (BUTLER, 2015) discorre sobre as vidas passíveis de eliminação e extermínio. No livro em questão a autora aborda essas vidas a partir das guerras contemporâneas, no entanto, pode-se aplicar este pensamento a qualquer tipo de desastre ou possibilidade de extermínio que seja perpetrado por relações de poder.

O livro é composto por cinco ensaios que pretendem mostrar a precariedade da vida é um processo de conhecimento e reconhecimento da mesma. Neste sentido, a precariedade é constituída a partir de uma concepção relativa ao sujeito ou subjetividade e é composta pelas relações de poder do outro. Ao outro, detentor das relações de poder, é atribuído o conhecimento e reconhecimento a partir de diferenças. Percebe-se que o detentor das relações de poder determina se a vida é passível de luto.

No decorrer dos ensaios, (BUTLER, 2015) articula a questão do enquadramento e do luto como uma estratégia de questionamento. A ideia de enquadramento possui duas conotações: possibilidade de emoldurar e tornar inteligível, ou ato de incriminar, atribuir culpa a alguém. Para a autora, a segunda conotação é a que torna as possibilidades de luto e comoção mais restritas.

O enquadramento discutido por (BUTLER, 2015) parte da premissa do afrouxamento, de novas trajetórias de comoção, de uma realidade aceita sem discussão. Advém de uma relação de poder que dita quem pode e como pode viver. Aborda, inclusive, uma questão de direitos. Neste sentido, reconhece-se a existência de um enquadramento seletivo e diferenciado da violência que, na concepção da autora, relativiza quais vidas são qualificadas como vidas. Legitimamente, as vidas envoltas de relações de poder servem para justificar vidas passíveis de extermínio.

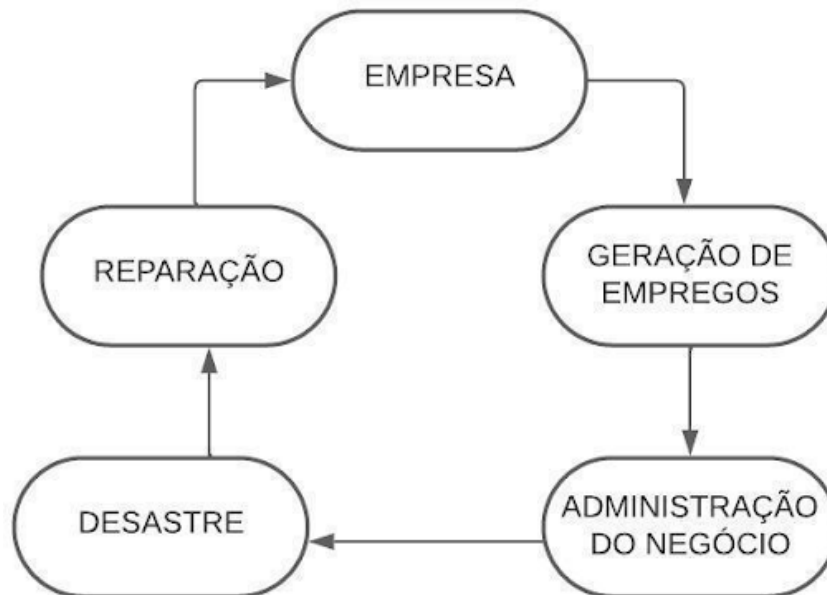
A ideia e a composição social e filosófica do enquadramento discute e analisa guerras contemporâneas, produção da verdade e enquadramentos seletivos e diferenciados da violência.

A partir do exposto, é possível conjecturar que o rompimento da barragem é uma violência anunciada e regulamentada por órgãos reguladores, visto que a falta de verificação e certificação de segurança, legitimou e legalizou a tragédia/crime.

De acordo com a autora, uma vida precisa ter seu direito e legitimidade reconhecidos, a sua precariedade, que pressupõe responsabilidade e cuidado, para que não possa ser lesada ou perdida impunemente. Aplicando este pensamento para a tragédia/crime em Bento Rodrigues, pode-se dizer que a mineradora Samarco não reconheceu os atingidos como indivíduo ou grupo qualificado à vida, pois se reconhecesse, redobraría os cuidados sobre os sistemas de contenção das barragens.

Neste sentido, quando a mineradora Samarco negligencia a vigilância sobre as barragens, potencializa uma forma de poder, que diz respeito à decisão sobre quem pode viver, quem tem mais chances de viver e quem pode morrer. O conhecimento sobre as condições da barragem e a falta de um plano de ação, por si só, caracterizam uma relação de poder cíclico pautado pelo desastre. Percebe-se que o responsável pelo rompimento da barragem também é o responsável pela reparação econômica, social e ambiental. De acordo com a Figura 1, as relações de poder e dependência transitam de forma cíclica:

Figura 1 – Enraizamento das relações de poder



Fonte: autor (2023).

A legitimação do extermínio é comum e a tragédia é anunciada quando o detentor das relações de poder relativiza e seleciona o direito à vida. O ciclo é vicioso, pois se origina de um capitalismo que prevê lucro exacerbado em detrimento de vidas humanas. A lei e a ordem são impostas e as violências são justificáveis do ponto de vista dos detentores de poder (BUTLER, 2015).

2.2 Perfil dos atingidos pela barragem: caracterização e categorização de uma população vítima das mineradoras

É irresponsável elaborar um perfil para os atingidos, a partir de uma experiência que não pode ser compartilhada. De acordo com (WEBER, 2001) o olhar sobre o outro deve transitar em dois cenários: a partir da observação do objeto de estudo ou a partir do olhar e das conjecturas do objeto de estudo sobre si.

Os atingidos pela barragem não são categorizados por suas características étnico-raciais ou pela sua tradição cultural, mas única e exclusivamente pela condição de vítima da mineradora Samarco. A necessidade de categorização dessas pessoas é de interesse da ciência, do ponto de vista de controle de objeto de pesquisa. Para a fundação Renova, entidade responsável pela mobilização para a reparação dos danos causados pelo rompimento da barragem de Fundão em Mariana (MG), e para o Estado, cor, classe e etnia não importam no que diz respeito à planos contingenciais, pois os atingidos pela barragem de Fundão são tratados de maneira homogênea, tornando-se estatísticas do desastre. Contudo, para estes órgãos, o sexo é uma variável à parte, e delimita o poder de reparação entre os atingidos: observa-se que existem mais homens entre os atingidos com direitos à reparação pela Samarco do que mulheres. Neste sentido, é como se as mulheres não existissem dentro desta categorização de atingido (WANDERLEY; MANSUR; PINTO, 2016).

Aquém das questões de gênero, observa-se a importância de categorizar os atingidos pela barragem de Fundão a partir do que foi delimitado por (WEBER, 2001), isto é: Como o objeto de pesquisa, no caso os atingidos pela barragem de Fundão, se definem? No povoado de Bento Rodrigues, 84,3% declararam-se pretos ou pardos. Na parte rural em Paracatu de Baixo a porcentagem era de 80%, em Gesteira de 70,4% e em Barra Longa de 70,6%. Nos centros urbanos esta porcentagem era inferior a 70% (Mariana).

As demais categorizações do IBGE, como núcleo familiar, renda e escolaridade, não foram aplicadas pois neste caso em específico, o interesse não era delimitar o perfil psicológico, político ou econômicos dos atingidos, mas avaliar, a partir do sexo e idade, quais teriam direitos à ressarcimento.

3 METODOLOGIA

Esta é uma pesquisa aplicada, qualitativa, descritiva com procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental. É de natureza aplicada por avaliar uma problemática em torno da construção de narrativas da imprensa sobre a comissão de atingidos pela barragem de Fundão - MG. Segundo (SILVA; MENEZES, 2005, p. 20), “pesquisa aplicada objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos”.

A abordagem é qualitativa pois, segundo (FONSECA, 2002, p. 20), “a pesquisa qualitativa se preocupa com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais”. A pesquisa tem como objetivo compreender qual a narrativa construída pelas mídias locais sobre os atingidos pela barragem de Fundão. Esta pesquisa é considerada como descritiva por (GIL, 2002, p. 42):

As pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou, então, o estabelecimento de relações entre variáveis. São inúmeros os estudos que podem ser classificados sob este título e uma de suas características mais significativas está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados.

Esta pesquisa adota uma abordagem bibliográfica, fundamentada em material previamente elaborado—composto por livros e artigos científicos. Nesse cenário, a teoria do enquadramento se destaca como a ferramenta principal para a análise das reportagens selecionadas. Conceito central na comunicação, o enquadramento foi formulado por (BATESON, 1972) e posteriormente desenvolvido por (GOFFMAN, 1974). Segundo essa perspectiva, a mídia emprega palavras, ideias, expressões e adjetivos para narrar os acontecimentos, moldando a percepção da realidade ao enfatizar determinados aspectos e omitir outros. Dessa forma, o enquadramento delimita o ângulo sob o qual um fato ou problema é apresentado, configurando uma realidade por meio de métricas específicas que refletem os objetivos da mídia.

Os jornalistas, profissionais da área de comunicação, se informam na cultura narrativa para apresentar a realidade política, isto é, enquadrar a complexidade do mundo. A forma como o jornalista comunica é delineada mediante o tipo de informação e o impacto que ela causará nos receptores (MOTTA, 2007). Segundo (GOFFMAN, 1974), frames, marcos ou enquadramentos são modos através dos quais se cataloga e vive a experiência da realidade.

Observa-se que pensar sobre um fato e executá-lo são situações diferentes: uma é hipotética, imaginária, enquanto a outra é real. Neste caso, há uma grande diferença para o observador: o envolvimento com o objeto observado é diferente. (MOTTA, 2007) salienta que o enquadramento dramático (narrativo) é predominante na mídia, onde jornalistas e sociedade civil percebem a si e aos outros e enquadram-se no transcorrer dos acontecimentos. O enquadramento

é um recorte de uma realidade, com intenções e objetivos específicos, mas nem sempre tão claros: é a escolha da notícia, a ênfase em determinadas partes da notícia, escolha das imagens.

Ao longo dos anos, muitas notícias foram veiculadas sobre a tragédia/crime da queda da barragem de Fundão. Para a pesquisa das notícias selecionadas para esta análise, realizou-se uma busca por meio da ferramenta (STILINGUE, 2025), no módulo Radar. A (STILINGUE, 2025) é uma ferramenta de social listening que coleta e organiza dados públicos disponíveis online, tendo como fontes redes sociais como X, Facebook, Instagram, YouTube, blogs e portais de notícias. O módulo Radar permite uma busca rápida em toda a base de dados da ferramenta, que abrange informações desde 2019.

As coletas realizadas pela (STILINGUE, 2025) são efetuadas por meio de palavras-chave, sendo necessário o uso de operadores booleanos para realizar buscas no Radar. Estes operadores permitem a combinação das palavras-chave que devem estar presentes no texto procurado. Para esta pesquisa, buscamos por notícias de portais que contivessem as seguintes palavras: “Bento Rodrigues” AND (“comissão de atingidos” OR “comissão dos atingidos”). O operador “AND” indica que as notícias devem incluir no texto as palavras que o precedem, além das que o seguem. Por sua vez, o operador “OR” permite a busca de uma ou outra palavra. Assim, nosso critério de busca considerou notícias que mencionasse Bento Rodrigues e a comissão de atingidos ou a comissão dos atingidos no mesmo texto.

Entre as notícias retornadas pela busca, as publicações do G1 apresentaram uma recorrência ao longo dos anos, diferentemente dos demais portais, que oscilaram em sua cobertura de um ano para outro. De acordo com uma fonte própria, o G1 foi a primeira iniciativa de conteúdo jornalístico da Globo criada e pensada para o digital. Embora os telejornais e programas da Globo possuíam, em sua maioria, endereços na internet, suas equipes não eram dedicadas à produção de informação exclusiva”. O portal está ativo desde 2006 e atinge, em média, mais de 55 milhões de usuários por mês (G1, 2024).

Foram selecionadas 6 reportagens do portal G1 que abordam a tragédia/crime em Bento Rodrigues. As reportagens datam de 2019 a 2023.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Nesta seção, são analisadas as reportagens selecionadas com base na teoria do enquadramento. Essa abordagem permite identificar como as narrativas midiáticas sobre os atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão foram construídas ao longo do período analisado.

4.1 Reportagem 1

Em (ALVIM, 2019), com o título “Desastre da Samarco: R\$ 235 milhões serão usados para reassentamentos, e Renova confirma prazo de 2020”, a notícia, datada de 14 de março de 2019, se inicia com uma imagem de um muro que exibe a inscrição “Bento Rodrigues, saudades”.

Do ponto de vista da teoria do enquadramento, a reportagem adota um frame predominantemente administrativo e técnico para organizar a informação sobre o desastre da Samarco. Alguns aspectos dessa análise incluem:

- Ênfase em dados e cronogramas: A narrativa destaca valores orçamentários (como os R\$ 235 milhões para reassentamento e o total de R\$ 2,94 bilhões para 2019) e prazos (com a nova data de 2020 imposta pela Justiça). Essa ênfase numérica e temporal cria um enquadramento que apresenta o desastre como uma questão de gestão de recursos e cumprimento de obrigações legais, ao invés de enfatizar os aspectos emocionais ou as consequências humanas do ocorrido.
- Foco na ação corretiva e institucional: A reportagem prioriza os esforços da Fundação Renova e as medidas de reassentamento, direcionando o olhar do leitor para os procedimentos de reparação. Ao dar destaque às declarações oficiais—como as do diretor-presidente Roberto Waack—o texto enfatiza a resposta institucional ao desastre, sugerindo um quadro de controle e responsabilidade.
- Seleção de informações que minimizam o conflito simbólico: Embora a notícia mencione brevemente os impactos trágicos do rompimento da barragem (como as mortes e os danos às comunidades), ela rapidamente redireciona o foco para os números e planos de ação. Dessa forma, o frame construído desloca a narrativa do sofrimento e da crítica às causas do desastre para uma abordagem de “gestão de crise” e reparação.
- Alegação de cumprimento de prazos e de participação dos atingidos: Ao ressaltar que o novo prazo foi definido “dentro da Ação Civil Pública” e com a participação da comissão dos atingidos, a reportagem utiliza um enquadramento que reforça a ideia de legitimidade e consenso em torno do projeto de reassentamento. Esse enquadramento pode ser interpretado como uma tentativa de transmitir segurança e transparência no processo de reparação.

Em resumo, ao selecionar e enfatizar aspectos como orçamentos, prazos e declarações institucionais, a reportagem molda a percepção do leitor sobre o desastre, enquadrando-o principalmente como um desafio administrativo e legal a ser superado, o que pode suavizar ou desviar a atenção das dimensões mais humanas e críticas da tragédia/crime.

No texto, o termo "atingidos" aparece exclusivamente na forma do particípio passado, usado como adjetivo para designar as famílias e pessoas afetadas pelo rompimento da barragem. Em outras palavras, as únicas formas utilizadas são "atingidas" (no caso das famílias) e "atingidos" (no caso dos indivíduos), sem a presença de outros adjetivos modificadores associados a esse termo.

O termo "comissão dos atingidos" aparece apenas uma vez, exatamente nessa forma, sem modificadores ou adjetivos adicionais. Ele é utilizado na citação do diretor-presidente da Renova, que menciona que o novo prazo foi "condensado pela comissão dos atingidos, dentro da Ação Civil Pública e com participação da Fundação Renova." Isso indica que a comissão, representando os afetados, teve papel importante na definição do prazo para os reassentamentos.

4.2 Reportagem 2

Divulgada em ([GERAIS, 2019a](#)) 04/06/2019, com o título “Atingidos por rompimento de barragem da Samarco ocupam escritório da Renova em Mariana”, a reportagem utiliza como imagem de capa uma fotografia em que os atingidos estão sentados em cadeiras escolares no escritório da Fundação Renova, em Mariana, MG.

A análise dessa reportagem, à luz da teoria do enquadramento, revela como a seleção e a ênfase de determinados elementos influenciam a percepção do leitor sobre o desastre e as respostas institucionais. Destacam-se os seguintes aspectos:

- Frame da continuidade do crime: A reportagem enfatiza que "o crime não foi só no dia 5 de novembro de 2015. É um crime continuado", sugerindo que os danos e as injustiças perduram, o que molda a narrativa para além do evento inicial, realçando a persistência dos impactos e a necessidade de uma resposta contínua.
- Frame da ação reivindicatória e da mobilização dos afetados: Ao reportar que cerca de 120 pessoas ocupam o escritório da Renova, a narrativa destaca a mobilização dos atingidos como uma forma de protesto. Essa ocupação é apresentada como um gesto deliberado e coletivo, posicionando os afetados como agentes ativos na reivindicação de seus direitos, e contrastando com a postura institucional da Renova.
- Frame da deslegitimação da autoridade institucional: A inclusão do questionamento sobre a moralidade do presidente da Renova—por estar sob investigação por danos ambientais—cria um enquadramento que põe em dúvida a legitimidade e a competência da

fundação. Esse elemento contribui para uma leitura crítica das ações da Renova, sugerindo uma ruptura entre a imagem oficial e a realidade vivida pelos afetados.

- **Frame da insatisfação e da ineficácia institucional:** A narrativa enfatiza a frustração dos ocupantes, que aguardam respostas há sete meses e não tiveram suas reivindicações atendidas em uma reunião. Esse aspecto reforça o quadro de um sistema de reparação que falha em cumprir suas promessas, fortalecendo a percepção de negligência e de injustiça contínua.

Por meio desses enquadramentos, a reportagem constrói uma realidade em que o desastre da Samarco não é apenas um episódio isolado, mas um processo em curso, marcado por falhas na reparação, mobilizações populares e conflitos de legitimidade institucional. Dessa forma, o frame adotado enfatiza a dimensão social e política do problema, convidando o leitor a perceber a situação como um reflexo de uma crise mais ampla, que ainda clama por respostas efetivas.

No texto, os atingidos estão associados a diversas ações, dentre as quais se destacam:

- **Ocupar o escritório da Renova:** Cerca de 120 pessoas atingidas pelo rompimento da barragem estão presentes no escritório da Fundação Renova em Mariana.
- **Permanecer no local:** Eles passam a noite no escritório, evidenciando sua determinação em manter a ocupação.
- **Aguardar respostas:** Os atingidos relatam que já aguardam respostas há sete meses.
- **Apresentar reivindicações:** Durante uma reunião, foi apresentada uma pauta com 18 reivindicações, que não foram atendidas.
- **Protestar:** Um grupo de atingidos decidiu permanecer no escritório como forma de protesto diante da inércia na resolução dos problemas.

A Comissão dos Atingidos foi mencionada apenas em referência às imagens utilizadas na reportagem. Embora a pauta com as reivindicações tenha sido citada, a Comissão, principal protagonista dessa mobilização, não recebeu destaque, sendo assim, invisibilizada na narrativa da notícia.

4.3 Reportagem 3

A reportagem ([GERAIS, 2019b](#)) com o título "Mariana: Mais de 3 anos e meio após o rompimento da barragem, construção de casas começa no novo Bento Rodrigues", a notícia, publicada em 29 de julho de 2019, se inicia com um trecho do MGTV que apresenta o começo das obras no Novo Bento Rodrigues. Nele, o morador Antônio Gonçalves compartilha sua emoção ao ver as obras começarem e expressa a esperança da comunidade em ver o plano se

concretizar. O vídeo também traz um breve depoimento do diretor-presidente da Renova, Roberto Waack, ressaltando que a fundação está fazendo o possível para cumprir o prazo de entrega.

A reportagem adota um enquadramento que enfatiza a reconstrução e o cumprimento de prazos como respostas à tragédia/crime, direcionando o foco do leitor para o progresso institucional e as ações de reassentamento. Essa abordagem pode ser desmembrada em alguns pontos-chave:

- Ênfase na reconstrução e retomada do tempo: Ao destacar que, "quase três anos e nove meses após o rompimento", começaram as obras do reassentamento, o texto organiza a narrativa em torno de um processo de recuperação. Essa temporalização constrói um frame que transmite a ideia de que, apesar da devastação, existe uma trajetória de reconstrução que segue um cronograma definido, reforçado pela decisão judicial que estipula um prazo até 2020.
- Foco institucional e técnico: A reportagem ressalta a atuação da Fundação Renova, enfatizando dados técnicos como números de famílias a serem reassentadas, prazos das obras e contratos firmados (por exemplo, o com a Andrade Gutierrez). Essa seleção de informações direciona a interpretação do acontecimento para um enquadramento de gestão e planejamento, em que a ênfase recai sobre as soluções estruturadas e as ações corretivas, em vez de aprofundar os aspectos emocionais ou críticos sobre os danos causados.
- Construção de uma narrativa de progresso e esperança: Apesar de recordar a tragédia/crime (com menção às 19 mortes e à devastação causada), o frame predominante é o de recuperação. Ao mencionar a geração de empregos e o desenvolvimento de infraestruturas essenciais (como rede elétrica e drenagem pluvial), a reportagem projeta uma visão de futuro, onde a retomada econômica e social da região se torna uma consequência direta dos esforços de reassentamento e reestruturação urbana.

Em suma, o enquadramento adotado na reportagem orienta a percepção do leitor para uma narrativa de reconstrução e avanço institucional, sugerindo que o desastre, embora de grande impacto, está sendo enfrentado por meio de um processo planejado de reparação e desenvolvimento.

No texto da notícia, o termo aparece apenas em sua forma participio, usado como adjetivo. Assim, encontramos "atingidas" (em "famílias atingidas") e "atingidos" (em "os atingidos pelo rompimento da Barragem de Fundão"), sem a presença de outros adjetivos ou qualificadores associados ao termo.

A Comissão dos atingidos aparece apenas inserido em uma lista que, na nota da Renova, enumera os elementos do processo coletivo e deliberativo na definição dos prazos de reassentamento: "nas diretrizes do reassentamento definidas com a comunidade, comissão dos atingidos, assessoria técnica, com acompanhamento do Ministério Público.

4.4 Reportagem 4

Mais de um ano depois da publicação da notícia (GERAIS, 2020) "'É muito tempo', diz presidente da Renova sobre a demora nas obras de Bento Rodrigues quase 5 anos após a tragédia/crime de Mariana", divulgada pelo G1 em 23 de outubro de 2020.

A reportagem utiliza diversos elementos que, quando analisados pela teoria do enquadramento, revelam como a narrativa é construída para moldar a percepção dos leitores sobre o atraso na reconstrução de Bento Rodrigues. Entre os principais aspectos estão:

- **Enquadramento temporal:** A repetição da expressão "É muito tempo" e a ênfase nos "quase 5 anos" que se passaram desde o desastre evidenciam um frame que focaliza a demora do processo. Essa ênfase temporal cria uma sensação de desgaste e prolongamento, direcionando a atenção para o atraso e, indiretamente, para a lentidão das ações reparadoras.
- **Enquadramento institucional e de responsabilidade:** Ao destacar as declarações do presidente da Fundação Renova e os detalhes sobre os projetos (como o número de famílias a serem reassentadas e os projetos conceituais em andamento), a reportagem estrutura a narrativa em torno da atuação institucional. Esse enquadramento busca explicar os atrasos ao apresentar fatores como a complexidade do reassentamento e a necessidade de participação da comunidade na escolha do terreno, sugerindo que a lentidão é, em parte, resultado de um processo deliberativo e multifacetado.
- **Enquadramento explicativo e mitigador:** A menção dos impactos da pandemia no ritmo das obras serve como um frame que tenta mitigar a crítica à demora. Ao apontar a Covid-19 como um fator que afetou a execução dos projetos, a reportagem oferece uma justificativa externa que desvia parte da responsabilidade exclusiva da gestão do processo reparatório.
- **Enquadramento do impacto e da emoção:** Embora a narrativa seja centrada no processo e nos prazos, há também a referência ao sentimento de frustração e impotência da comunidade afetada, evidenciado pela citação de moradores. Esse elemento insere um enquadramento que remete ao sofrimento dos atingidos, contrapondo a abordagem técnica das ações institucionais e humanizando o relato.
- **Enquadramento legal e de compromisso:** A referência ao fato de que o desastre completa cinco anos e à necessidade de cumprir prazos (como os estipulados pela Justiça) posiciona o processo dentro de um contexto legal e de responsabilidade social. Esse frame enfatiza que, embora o atraso seja notório, há também um compromisso institucional em buscar soluções dentro de parâmetros estabelecidos.

Em resumo, a reportagem equilibra críticas à demora — evidenciada pela ênfase no tempo decorrido e na frustração dos atingidos — com justificativas que apontam para a complexidade

do processo e os impactos da pandemia. Essa combinação de frames direciona a interpretação do leitor para uma realidade multifacetada, na qual o atraso é apresentado tanto como um problema a ser superado quanto como um fenômeno parcialmente explicado por fatores externos e estruturais, desvinculando a responsabilidade da mineradora. Entre esses fatores, destaca-se a menção ao diretor-presidente da Samarco, Marcelo Waack, e a demora na escolha do terreno pela população atingida, apontada pela notícia como um dos principais agravantes, o que acaba por transferir a culpa para as próprias vítimas.

No texto, o termo "atingidos" é empregado como um adjetivo na forma de particípio passado, e é utilizado para caracterizar as pessoas impactadas pela tragédia/crime. Além disso, a palavra "atingidos" é acompanhada do adjetivo "afetados", como em "crianças".

No texto, o termo "comissão dos atingidos" aparece ao designar uma das principais figuras representativas dos afetados pela tragédia/crime. Especificamente, o relato menciona que Mauro Marcos da Silva, integrante dessa comissão, manifesta suas preocupações quanto ao andamento das obras, evidenciando a ligação entre a comissão e as ações sociais voltadas para o reassentamento das famílias atingidas. Assim, a comissão é associada ao papel de representar e advogar pelas demandas e desafios enfrentados pelos afetados. Entre as poucas reportagens do g1 que fazem referência à comissão dos atingidos, a única que destaca brevemente seu valor e importância foi publicada cinco anos após o rompimento da barragem e a subsequente criação da comissão. O termo aparece como "a comissão de atingidos de Bento Rodrigues", sem nenhum adjetivo adicional.

4.5 Reportagem 5

Com um ano de intervalo em relação à reportagem sobre o primeiro atraso na entrega das obras, a notícia (NUNES, 2021) intitulada "Mariana: com prazo vencido há 7 meses, Renova agora prevê entregar casas só no fim de 2022", publicada em 01 de outubro de 2024, retoma a Fundação Renova como o principal agente responsável, novamente desvinculando o principal responsável pela tragédia/crime.

A reportagem adota um enquadramento que enfatiza a continuidade da crise e a falha das promessas institucionais, construindo uma narrativa marcada pelo atraso, pela desconfiança dos atingidos e pela impotência diante do processo de reassentamento. Em termos de teoria do enquadramento, podemos identificar os seguintes elementos:

- Enfoque temporal e de atraso: A narrativa abre destacando que o prazo para entrega das casas já venceu há sete meses, e que, mesmo assim, a previsão agora é de término somente no fim de 2022. Essa ênfase na demora prolongada — quase seis anos após a tragédia/crime — cria um frame que evoca sentimentos de frustração e desgaste, reforçando a ideia de que o processo de reparação tem sido excessivamente lento.

- **Contraste entre a promessa institucional e a realidade dos atingidos:** A reportagem contrapõe as declarações oficiais da Fundação Renova com o ceticismo e a indignação dos afetados. Enquanto o presidente da Renova tenta justificar os atrasos e apresenta uma nova meta, os relatos dos atingidos, como a expressão “É impossível”, ressaltam a falta de confiança na capacidade de cumprimento dos prazos. Esse contraste atua como um frame que questiona a legitimidade e a eficácia das ações de reparação.
- **Enquadramento legal e de responsabilidade:** Ao mencionar que a questão segue sendo tratada na Justiça, o texto insere um elemento de responsabilidade institucional e legal, sugerindo que o atraso não é apenas uma falha operacional, mas também um problema que envolve a esfera de controle e regulação dos processos de reparação.
- **Ênfase na dimensão trágica e contínua do desastre:** Embora a reportagem mencione brevemente os impactos catastróficos do rompimento — com 19 mortes e a devastação de comunidades — o foco se volta para a demora na reconstrução. Essa escolha ressalta a ideia de que os efeitos da tragédia/crime permanecem latentes e que as promessas de reparação não se concretizam, o que contribui para a construção de um frame de injustiça e negligência prolongada.

Em resumo, o enquadramento adotado na reportagem direciona o leitor a interpretar o cenário como um exemplo claro de descaso e ineficiência, onde as falhas na execução dos reassentamentos refletem tanto problemas de gestão quanto a persistência do sofrimento dos atingidos. Essa combinação de elementos — o destaque ao tempo perdido, o contraste entre as declarações oficiais e a realidade dos afetados, e a menção ao embate legal — molda uma percepção crítica sobre o processo de reparação e reforça a sensação de que a tragédia/crime de Mariana continua sem solução adequada.

No texto, o termo “atingidos” aparece apenas na forma do particípio passado, funcionando como adjetivo. Assim, encontramos "famílias atingidas" e, em outras passagens, "os atingidos", sem a presença de modificadores adjetivais adicionais.

No texto, a "comissão dos atingidos" é apresentada como um grupo representativo formado por membros das famílias afetadas pelo rompimento da barragem de Fundão. Ela reúne representantes da comunidade de Bento Rodrigues que acompanham de perto o andamento dos reassentamentos. Por exemplo, Mauro Marcos da Silva, integrante dessa comissão, relata ter sido informado apenas sobre a previsão de finalização de 70 casas até o final do ano, o que evidencia uma possível divergência entre as metas apresentadas pela Fundação Renova e as expectativas dos atingidos.

A postura de Mauro evidencia a importância vital da comissão na articulação das reivindicações dos afetados e na fiscalização do cumprimento dos prazos, atuando como um canal essencial de voz e participação da comunidade nas negociações e decisões relativas aos direitos

dos atingidos. Contudo, apesar de seu papel fundamental na luta por justiça, a comissão não recebe o devido destaque no texto.

4.6 Reportagem 6

Divulgada em 01 de junho de 2023, ([PIMENTEL, 2023](#)), com o título "Capela do século XVIII que resistiu ao 'mar de lama' de Mariana corre risco de desmoronar", a reportagem aborda o abandono do patrimônio que sobreviveu ao rompimento da barragem de Fundão.

A reportagem constrói seu enquadramento combinando dois frames principais:

- **Símbolo de resistência e patrimônio histórico:** A capela é apresentada como um ícone que sobreviveu ao desastre, ressaltando seu valor histórico e cultural – construída entre 1750 e 1815, ela representa a memória, a fé e a identidade dos moradores de Bento Rodrigues. Essa ênfase destaca a capela como um bem comunitário precioso, que, mesmo em meio à devastação do “mar de lama”, serviu de refúgio e ponto de encontro para a comunidade.
- **Negligência e urgência pela preservação:** Ao mesmo tempo, a narrativa enfatiza o estado crítico de deterioração do templo, apontando a falta de manutenção e a ausência de obras de restauração. As denúncias dos moradores e dos técnicos, bem como o risco iminente de desmoronamento, criam um frame de descaso e vulnerabilidade. Esse enquadramento evidencia a urgência de intervenção antes que a estrutura colapse, acentuando o conflito entre a importância simbólica da capela e a negligência que ameaça sua preservação.

Ao combinar esses frames, a reportagem orienta o leitor a enxergar a capela não apenas como um vestígio de um passado resiliente, mas também como um patrimônio em perigo, cuja deterioração representa a perda de um elo vital para a identidade e a memória da comunidade afetada pela tragédia/crime.

No texto, o termo "atingidos" aparece nas formas do particípio passado, funcionando como adjetivo. As formas utilizadas incluem "comissão de atingidos" e "moradores atingidos". Além disso, há uma variação que descreve a comunidade afetada, como em "a capela simboliza a história de fé e de resistência da comunidade do antigo Bento Rodrigues", destacando o papel dos afetados no contexto social e emocional do desastre. Contudo, o termo "atingidos" permanece como um adjetivo sem qualificadores adicionais.

A "Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão (CABF)" é apresentada como uma organização representativa formada por moradores da comunidade de Bento Rodrigues, afetados pela tragédia/crime do rompimento da barragem em 2015. Mônica Santos, que integra essa comissão, é destacada como uma voz ativa da comunidade, evidenciando o valor sentimental e simbólico da Capela Nossa Senhora de Mercês para os atingidos.

Das seis notícias selecionadas no período entre 2019 e 2023, a comissão dos atingidos é mencionada 8 vezes, sendo que em uma delas a referência aparece apenas em nota de rodapé, como fonte da foto utilizada. Em relação às empresas, a Vale foi citada 7 vezes, seguida pela BHP, com 9 menções, e pela Samarco, com 15 citações – na última notícia do recorte, a Samarco é mencionada apenas uma vez na linha fina, sem outras referências à mineradora. Por último, a Renova é mencionada 42 vezes, consolidando-se como a agente principal nas reportagens, o que contribui para desvincular a imagem das empresas responsáveis pela tragédia/crime (Vale, BHP e Samarco).

Conforme detalhado na metodologia desta pesquisa, a comissão dos atingidos foi um dos critérios principais na busca pelas notícias, utilizando os termos “Bento Rodrigues” AND ("comissão de atingidos" OR "comissão dos atingidos"). No período selecionado, foram encontradas apenas 6 notícias no G1 que mencionaram a Comissão, sendo que ela foi citada um total de 8 vezes e, em apenas 2 ocasiões, sua importância e relevância na luta dos atingidos foi devidamente contextualizada. A ausência de uma menção adequada ou a sua apresentação de forma descontextualizada equivale a um processo de deslegitimação, invisibilização e enfraquecimento do papel que essa comissão desempenha.

Em síntese, a análise revela que as reportagens selecionadas moldam a percepção do desastre por meio de frames que enfatizam dados, prazos e declarações institucionais, enquanto o termo "atingidos" é utilizado apenas na forma de participação, sem qualificadores adicionais, e a "Comissão de Atingidos" aparece de maneira pontual e descontextualizada. Essa abordagem contribui para a invisibilização dos verdadeiros atores sociais – os afetados –, cuja luta por justiça e reparação é minimizada em favor de uma narrativa centrada na gestão e controle dos recursos, que desvincula a mineradora da responsabilidade pelo processo contínuo de degradação e negligência ambiental.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A mineração no Brasil é uma ferida que se agrava a cada dia. Em janeiro de 2025, o Grupo de Pesquisa e Extensão Educação, Mineração e Território (EduMiTe) da UFMG divulgou um estudo alarmante: foram mapeadas 921 barragens de mineração no país, das quais apenas 471 atendem aos critérios da Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB) – ou seja, quase metade das estruturas não é considerada segura. Dentre essas, 107 estão em situação de alerta ou emergência, e 45 delas se encontram no território mineiro (GARCIA, 2025). Este trabalho destaca dois casos gravíssimos que demonstram que o rompimento de barragens de rejeitos não é um evento isolado, mas um crime contínuo que continua a infligir sérios danos ao ser humano e ao meio ambiente.

A análise realizada ao longo deste trabalho evidencia que as narrativas construídas pelas notícias do G1, moldam a percepção do desastre da barragem de Fundão de maneira a enfatizar dados técnicos, prazos e a atuação institucional, enquanto minimizam as dimensões humanas e sociais do ocorrido. O uso do enquadramento administrativo – que destaca números, cronogramas e declarações oficiais – contribui para uma narrativa de gestão e reparação, que, em contrapartida, desvincula a mineradora das responsabilidades pelo processo contínuo de degradação e negligência ambiental.

Ao mesmo tempo, observou-se que o termo “atingidos” é empregado de forma desprovida de qualificadores adicionais, restringindo a descrição das vítimas à sua condição de afetadas pelo desastre. A “Comissão de Atingidos pela Barragem de Fundão” aparece apenas de maneira pontual e descontextualizada, evidenciando uma invisibilização dos verdadeiros atores sociais na luta por justiça e reparação. Essa omissão, ou a apresentação insuficiente da importância dessa comissão, reflete um processo de deslegitimação que enfraquece a mobilização dos afetados e contribui para a manutenção de uma narrativa que privilegia a gestão de crise sobre o reconhecimento do sofrimento humano.

Em última análise, o conjunto de reportagens analisadas demonstra que, apesar dos avanços institucionais e dos esforços para estruturar um processo de reparação, as narrativas midiáticas tendem a resumir a tragédia/crime a termos administrativos e técnicos. Essa abordagem não apenas subestima os impactos sociais e ambientais do desastre, mas também contribui para a perpetuação de uma lógica de exclusão e desumanização dos atingidos, evidenciando a necessidade urgente de um olhar crítico e mais humanizado sobre os desdobramentos das tragédias decorrentes da mineração irresponsável.

Recomenda-se, ainda, que estudos futuros sejam realizados para investigar de que forma a Comissão dos Atingidos pela Barragem de Fundão foi e continua sendo retratada pelas mídias locais de Mariana. Isso se justifica pelo fato de que os jornais locais possuem grande influência

na construção de narrativas que moldam a opinião da população marianense e de seus distritos.

REFERÊNCIAS

- ADORNO, T. W. *Educação e Emancipação*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Citado na página 17.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: *Handbook de Estudos Organizacionais – Volume 1*. São Paulo: Atlas, 2007. Citado na página 14.
- ALVIM, C. E. *Desastre da Samarco R\$ 235 milhões serão usados para reassentamentos e Renova confirma prazo de 2020*. 2019. G1 Minas Gerais, Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/03/14/desastre-da-samarco-r-235-milhoes-serao-usados-para-reassentamentos-e-renova-confirma-prazo-de-2020.ghtml>>. Citado na página 23.
- ARENDT, H. *Sobre a Violência*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994. Citado na página 14.
- BATESON, G. *A theory of play and fantasy*. [S.l.]: MIT Press. Boston, MA, 1972. Citado 4 vezes nas páginas 12, 13, 14 e 21.
- BOSSI, D. et al. *Reféns da riqueza de nossa terra: os impactos da mineração sobre as comunidades*. 2010. Dossiê Conflitos no Campo Brasil, Acesso em: 11 dez. 2023. Disponível em: <<https://atingidospelavale.wordpress.com/2010/04/27/dossie-dos-impactos-e-violacoes-da-vale-no-mundo>>. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 11.
- BUTLER, J. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015. Citado 3 vezes nas páginas 13, 18 e 19.
- CALDAS, M. P.; VIEIRA, M. M. F. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. In: *Teoria das Organizações – Série RAE Clássicos*. São Paulo: Atlas, 2007. Citado na página 14.
- CASTILHO, A. L. *Quanto candidatos e partidos receberam da Vale: Doações eleitorais da empresa que controla Samarco “explodem”. Metade vai para PMDB, partido que controla mineração no governo*. 2015. Carta Capital Online, São Paulo, 13 nov. 2015. Citado na página 16.
- FARIA, J. H. de. *Análise Crítica das Teorias e Práticas Organizacionais*. São Paulo: Atlas, 2007. Citado na página 14.
- FERREIRA, A. C. *Desastre de Mariana: Pesquisadores comprovam perda de biodiversidade e danos irreversíveis dez anos depois*. 2025. G1 Minas Gerais, Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2025/02/23/desastre-de-mariana-pesquisadores-comprovam-perda-de-biodiversidade-e-danos-irreversiveis-dez-anos-depois.ghtml>>. Citado na página 18.
- FOLHA de S. *Afetados por rompimento da barragem da Samarco perderam 2 anos de expectativa de vida saudável*. 2025. Acesso em: 4 fev. 2025. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/equilibrioesaude/2025/02/afetados-por-rompimento-da-barragem-da-samarco-perderam-2-anos-de-expectativa-de-vida-saudavel.shtml>>. Citado na página 17.

FONSECA, J. J. S. da. *Metodologia da Pesquisa Científica*. Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2002. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 21.

G1, P. *Institucional*. 2024. Acesso em: out. 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/institucional/sobre-o-g1.ghtml>>. Citado na página 22.

GARCIA, L. *107 barragens de mineração no Brasil estão em situação de alerta ou emergência, 45 delas em MG*. 2025. Acesso em: 17 fev. 2025. Disponível em: <<https://guaicuy.org.br/barragens-alerta-emergencia-brasil/>>. Citado na página 32.

GERAIS, G. M. *Atingidos por rompimento de barragem da Samarco ocupam escritório da Renova em Mariana*. 2019. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/06/04/atingidos-por-rompimento-de-barragem-da-samarco-ocupam-escritorio-da-renova-em-mariana.ghtml>>. Citado na página 24.

GERAIS, G. M. *Mariana: Mais de 3 anos e meio após rompimento de barragem, construção de casas começa no Novo Bento Rodrigues*. 2019. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/07/29/mariana-mais-de-3-anos-e-meio-apos-rompimento-de-barragem-construcao-de-casas-comeca-no-novo-bento-rodrigues.ghtml>>. Citado na página 25.

GERAIS, G. M. *"É muito tempo", diz presidente da Renova sobre demora nas obras de Bento Rodrigues, quase 5 anos após tragédia de Mariana*. 2020. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2020/10/23/e-muito-tempo-diz-presidente-da-renova-sobre-demora-nas-obras-de-bento-rodrigues-quase-5-anos-apos-tragedia-de-mariana.ghtml>>. Citado na página 27.

GIL, A. C. *Como Elaborar Projetos de Pesquisa*. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2002. Citado na página 21.

GOFFMAN, E. *Frame Analysis – An Essay on the Organization of Experience*. Cambridge: Harvard University Press, 1974. Citado 4 vezes nas páginas 12, 13, 14 e 21.

GONÇALVES, R. J. A. F.; MILANEZ, B.; MENDONÇA, M. R. No horizonte, a exaustão. o contexto da mineração no brasil: mudanças globais, mudanças locais. In: STEFANO, D.; MENDONÇA, M. L. (Ed.). *Direitos humanos no Brasil 2015: relatório da Rede Social de Justiça e Direitos Humanos*. 1. ed. São Paulo, Brasil: Outras Expressões, 2015. p. 103–112. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/285620999_No_horizonte_a_exaustao_O_contexto_da_mineracao_no_Brasil_mudancas_globais_mudancas_locais>. Citado na página 11.

HARVEY, D. *O novo imperialismo*. 2. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005. Citado na página 11.

MARX, K. *O Capital - Livro I – Crítica da Economia Política: O Processo de Produção do Capital*. São Paulo: Boitempo, 2013. Publicado originalmente em 1867. Citado na página 10.

MILANEZ, B. Mineração, ambiente e sociedade: impactos complexos e simplificação da legislação. *Boletim Regional, Urbano e Ambiental*, 2017. IPEA, 2017. Informações adicionais podem ser encontradas no site do IPEA. Citado na página 12.

MILANEZ, B.; WANDERLEY, L. J. M.; MAGNO, L. Mineração e políticas públicas: conflitos, retrocessos e propostas para um outro modelo mineral. *Revista Anpege*, 2022. v. 18, n. 36, 2022. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://doi.org/10.5418/ra2022.v18i36.16248>>. Citado na página 12.

MOTTA, L. G. Análise pragmática da narrativa jornalística. In: LAGO, C.; BENETTI, M. (Ed.). *Metodologia de pesquisa em jornalismo*. Petrópolis, Brasil: Vozes, 2007. p. 143–167. Citado 2 vezes nas páginas 12 e 21.

NUNES, L. Mariana: Com prazo vencido há 7 meses, Renova agora prevê entregar casas só no fim de 2022. 2021. G1 Minas Gerais, Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2021/10/01/mariana-com-prazo-vencido-ha-7-meses-renova-agora-preve-entregar-casas-so-no-fim-de-2022.ghtml>>. Citado na página 28.

PAULA, A. P. Paes de et al. A tradição e a autonomia dos estudos organizacionais críticos no brasil. *RAE-Revista de Administração de Empresas*, 2010. v. 50, n. 1, p. 10–23, 2010. ISSN 0034-7590. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rae/a/>>. Citado na página 14.

PIMENTEL, T. Capela do século XVIII que resistiu ao mar de lama de Mariana corre risco de desmoronar. 2023. G1 Minas Gerais, Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2023/06/01/capela-do-seculo-xviii-que-resistiu-ao-mar-de-lama-de-mariana-corre-risco-de-desmoronar.ghtml>>. Citado na página 30.

RAMOSA, M. P.; OLIVEIRA, A. E.; ANTUNESA, M. N. Acidente de trabalho ampliado: o rompimento da barragem de fundão nos jornais impressos do espírito santo. *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*, 2019. 2019. ISSN 2317-6369. Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://dx.doi.org/10.1590/2317-63690000137191>>. Citado na página 17.

RODRIGUES, L. Estudo detecta presença de metais na urina de crianças em Brumadinho. 2025. Agência Brasil, Acesso em: 19 mar. 2025. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/saude/noticia/2025-01/estudo-detecta-presenca-de-metais-na-urina-de-criancas-em-brumadinho>>. Citado na página 18.

SANTOS, R. S. P. Mineração no brasil: por um debate amplo sobre a captura das rendas minerais. *Revista Não Vale*, 2013. Açailândia, Brasil, v. 2, p. 75–89, abr 2013. Informações adicionais podem ser encontradas no site da Revista Não Vale. Citado 2 vezes nas páginas 16 e 17.

SARAIVA, C. M. et al. Perfil dos trabalhadores atingidos pela queda da barragem de fundão, brasil. *Research, Society and Development*, 2020. v. 9, n. 7, p. e769974147–e769974147, 2020. Citado 2 vezes nas páginas 11 e 16.

SILVA, E. L. D.; MENEZES, E. M. Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. *UFSC, Florianópolis, 4a. edição*, 2005. v. 123, n. 4, p. 138, 2005. Citado na página 21.

STILINGUE. *Stilingue: Plataforma de Inteligência Artificial para Análise de Dados e Mídias Sociais*. 2025. Acessado em: 20 abr. 2024. Disponível em: <<https://stilingue.com.br/>>. Citado 2 vezes nas páginas 15 e 22.

WANDERLEY, L. J. de M.; MANSUR, M. S.; PINTO, R. G. Avaliação dos antecedentes econômicos, sociais e institucionais do rompimento da barragem de rejeito da samarco/vale/bhp em mariana (mg). In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Ed.). *Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. Citado 5 vezes nas páginas 10, 11, 12, 16 e 20.

WEBER, M. *Metodologia das ciências sociais*. São Paulo/Campinas, Brasil: Cortez/Unicamp, 2001. Citado na página 20.

ZHOURI, A. et al. O desastre da samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzem o sofrimento social. *Ciência e cultura*, 2016. Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, v. 68, n. 3, p. 36–40, 2016. Citado 2 vezes nas páginas 10 e 11.

ZUCARELLI, M. C. Efeitos institucionais e políticos dos processos de mediação de conflitos. In: MILANEZ, B.; LOSEKANN, C. (Ed.). *Desastre no Vale do Rio Doce: Antecedentes, impactos e ações sobre a destruição*. Rio de Janeiro, Brasil: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016. Citado na página 12.